

Riquezas nativas e a agricultura familiar: a experiência da ARPEP na região sudoeste de Mato Grosso

Native riches and family farming: the experience of ARPEP in the southwestern region of Mato Grosso

MENDES, Maurício Ferreira¹; NEVES, Sandra Mara Alves da Silva¹; NEVES, Ronaldo José¹; RODRIGUES, Luciene da Costa¹

¹ Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT. mauricio.f3@hotmail.com; ssneves@unemat.br; rjneves@unemat.br; lucyrodrigues_bio@hotmail.com

Resumo: O escopo deste trabalho é o de relatar a experiência das agricultoras familiares que obtêm sua renda e complementam a de suas famílias com o extrativismo de frutos nativos na região sudoeste matogrossense. A metodologia usada foi o estudo de caso. Elas fundaram a Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal (ARPEP) como forma de buscar soluções conjuntas para os desafios relativos às atividades produtivas, tais como: acesso ao mercado institucional, registros e documentos para firmar contratos, etc. A partir da organização das mulheres foi possível acessar o mercado institucional, sendo que seus produtos são consumidos nas escolas, creches e instituições sociais, com estimativa de comercialização na safra 2012/2013 de R\$ 119.800,00. Pode-se concluir que a criação da Associação foi de fundamental importância para incrementar a renda, além do reconhecimento do trabalho das agricultoras familiares da região sudoeste matogrossense.

Palavras-chave: Biodiversidade; biogeografia, gênero; produção sustentável; renda.

Abstract: This paper aims to describe the experience of family farmers who get their income and increase their families with the extraction of native fruits. They founded the Association of Regional Extractive Producers in the Pantanal (ARPEP) as a way to seek joint solutions to the challenges related to productive activities, such as market access to institutional records and documents to conclude contracts and to reduce the high costs of maintaining an association. The methodology used was the case study. From the association was able to access the institutional market as schools, crèches and social institutions, with estimated sales in 2012/2013 crop of R \$ 119,800.00. We conclude that the creation of the association was of fundamental importance to increase income, beyond recognition of the work of family farmers in the southwest region of Mato Grosso.

Keywords: Biodiversity; biogeography, gender; income; sustainable production.

Contexto

Este texto aborda o trabalho das agricultoras familiares da região sudoeste matogrossense que obtêm sua renda e complementam a de suas famílias com o extrativismo de frutos nativos em assentamentos da reforma agrária. Estas se organizaram e criaram a Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal – ARPEP mesmo enfrentando a discriminação, em alguns casos ausência de apoio de seus companheiros, a forte pressão dos fazendeiros, e a chegada da cana-de-açúcar em torno dos assentamentos. Essa iniciativa têm contribuído para o desenvolvimento de práticas agroecológicas e o fortalecimento da agricultura familiar na região sudoeste matogrossense.

Na região sudoeste de Mato Grosso ocorre os biomas Amazônicos, Cerrado e Pantanal. Tanto o Cerrado quanto a Amazônia matogrossense vem sofrendo um dos maiores impactos socioambientais, devido à política de colonização adotada pelo governo federal, a partir de 1960, e da intensificação da expansão da fronteira agrícola, a partir da década de 90, que estão devastando imensas áreas de florestas (FREITAS, 2010). Têm-se ainda a expansão das monoculturas, em especial da soja, a contaminação ambiental com agrotóxicos, desmatamentos e queimadas e a pressão dos empresários rurais sobre as unidades de conservação, terras indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. O plantio da soja é ampliado em média 600 mil ha/ano, fora as outras monoculturas como o algodão, milho e pasto que se expandem sem parar, causando grande impacto socioambiental (NORONHA, 2005).

Mas se essas formas de explorar a Amazônia e o Cerrado matogrossense trazem grandes prejuízos ambientais, outras como o extrativismo de frutos nativos, ao contrário não só estão aumentando a renda das agricultoras e agricultores como ajudando a preservar a biodiversidade. No Cerrado existem mais de 100 espécies nativas que podem ser aproveitadas na alimentação, a partir de pesquisas e orientações técnicas tem sido possível agregar valor a esses frutos modificando a realidade de muitas comunidades (EMBRAPA CERRADOS).

Na região os frutos nativos, como o cumbaru (*Dypterix alata* Vog.) e pequi (*Caryocar brasiliense* Camb.), são populares e hoje representam parte da renda de muitas famílias. O fruto do cumbaruzeiro tem polpa marrom e semente mais escura, tanto a polpa como a semente podem ser utilizadas na alimentação humana, sendo a amêndoa usada para enriquecer bolos e sorvetes. Outro fruto do Cerrado, o pequi tem seu uso amplamente difundido (doce, licor, farinha e até sabão) podendo ser consumido o ano todo, apesar de sua colheita ocorrer de novembro a fevereiro na região. Essa disponibilidade é possível porque além de ser congelado o pequi também é vendido em conserva. O beneficiamento do babaçu (*Orbygnia speciosa* Mart. Barb. Rodr.) gera a farinha, que é muito nutritiva e utilizada para a fabricação de bolos, tortas, pães e outras receitas. O empreendedorismo das agricultoras no aproveitamento dos frutos do Cerrado descortinou novas perspectivas para a agricultura familiar regional.

Descrição da experiência

A Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal foi criada em setembro de 2009, como uma entidade civil sem fins lucrativos, formada por agricultoras familiares ecologistas e em transição agroecológica, atuante na região sudoeste do Mato Grosso com o objetivo e fins de congregar as famílias de agricultoras extrativistas para a promoção econômica, social e a proteção ambiental. Sua criação foi motivada pela busca de soluções conjuntas para os desafios enfrentados localmente e regionalmente relativos às atividades produtivas, tais como: comercialização dos frutos nativos, registros e documentos para firmar contratos, entre outros.

Constitui ainda uma estratégia das agricultoras familiares para reverter sua situação de invisibilidade nas áreas de reforma agrária, pois o extrativismo sustentável de frutos nativos gera rentabilidade econômica e, conseqüentemente, proporcionam

melhores condições de vida no campo. Além disso, a partir da nova realidade econômica da mulher no contexto do trabalho familiar rural, percebem-se mudanças na hierarquia das famílias camponesas e nos espaços dos assentamentos, pois na atualidade essas agricultoras não só contribuem financeiramente com as despesas do lote/sítio, como também para maior desenvolvimento e consolidação dos assentamentos, o que possibilita a elas participar das tomadas de decisões na família e nas questões ligadas ao próprio assentamento.

Atualmente a ARPEP possui 108 agricultoras associadas, distribuídas em três unidades de processamento de frutos nativos (Figura 1). Administra um fundo rotativo solidário, executa projetos de comercialização, via PAA/Conab e Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), fazendo valer a lei nº 11.947/2009 que determina no mínimo 30% da aquisição de alimentos da Agricultura Familiar. A Unidade de Processamento Margarida Alves (UPMA), localizada no assentamento Margarida Alves no município de Mirassol D'Oeste/MT, começou a funcionar em 2010, tendo como especialidade o processamento do coco do babaçu; A Unidade de Processamento São José (UPSJ), localizada no assentamento Bom Jardim/Furna São José, no município de Cáceres/MT, começou a funcionar em 2011, tendo o cumbaru como principal produto; A Unidade de Processamento Corixo (UPCO), situada no assentamento Corixo, no município de Cáceres, iniciou seu funcionamento em 2011, tendo o pequi como principal fruto para comercialização.

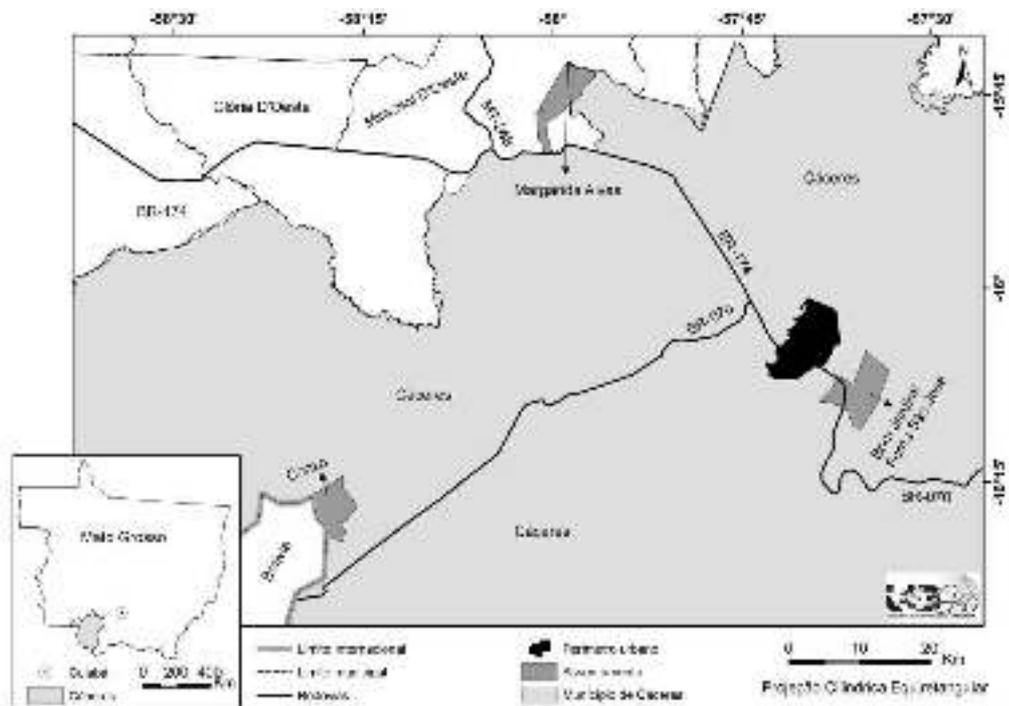


Figura 1. Unidades de processamento de frutos nativos da região sudoeste matogrossense. Fonte: LABGEO UNEMAT, 2012.

A partir de 2010 o principal destino dos produtos (Figura 2) da ARPEP passou a ser o mercado institucional, como escolas, creches e instituições sociais, porém as agricultoras planejam acessar outros espaços nos municípios, como por exemplo, as cestas solidárias e manter a participação em feiras e eventos.



Figura 2. Produção das agricultoras familiares da ARPEP na Unidade de Processamento São José (UPSJ). Foto: MENDES, M. F., 2011.

Quanto à comercialização a estimativa é que seja gerada uma renda de R\$ 119.880,00 na safra 2012/2013 (Tabela 1) com diversos subprodutos do pequi, cumbaru e babaçu (pães, bolos, bolachas, farinhas, conservas e castanhas). A renda obtida varia de acordo com a dedicação na coleta dos frutos e o trabalho nas unidades de processamento, podendo chegar a R\$ 4.500,00 por agricultora/ano.

Tabela 1. Produção e renda gerada por unidade de processamento da ARPEP.

Ano	Produção extrativista (Kg/safra)			Recursos gerados (R\$)		
	UPMA	UPSJ	UPCO	UPMA	UPSJ	UPCO
2005	150	-	-	750,00	-	-
2006	250	100	-	1.250,00	300,00	-
2007	200	150	100	1.000,00	450,00	200,00
2008	100	200	150	500,00	600,00	300,00
2009	100	250	250	500,00	750,00	500,00
2010	5.768	500	300	30.695,00	1.500,00	600,00
2011	7.830	2.700	2.700	40.068,00	13.500,00	13.500,00
2012/13 ¹	11.328	6.300	6.300	56.880,00	31.500,00	31.500,00

Fonte: Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal (ARPEP).

Observações: UPMA= Unidade de Processamento Margarida Alves, UPSJ= Unidade de Processamento São José; e UPCO= Unidade de Processamento Corixo.

¹ Produção estimada para a safra 2012/2013.

A comercialização via mercado institucional, através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA/Conab), sinaliza um novo estágio referente às políticas de fortalecimento da agricultura familiar, sobretudo porque abre um canal de comercialização para essa categoria social, garantindo a aquisição de seus produtos pelo Estado por meio de mecanismos diferenciados. A garantia de comercialização traz um novo alento a essas famílias, que podem lançar mão de suas especificidades, de seus valores e suas práticas locais para articular-se com diversos públicos consumidores (GRISA et al., 2011).

Além das contribuições apresentadas, a atividade extrativista de frutos nativos colabora na segurança alimentar das famílias dos assentamentos Margarida Alves, São José e Corixo.

A organização das mulheres da região pode ser considerada como modelo ou exemplo, pois a partir da experiência relatada outros grupos de mulheres dos demais assentamentos da região sudoeste matogrossense, que totalizam sessenta e quatro, e comunidades tradicionais estão se mobilizando, o que no futuro poderá constituir novas oportunidades de melhorias das condições de vida no campo.

Agradecimentos

A Associação das Produtoras Extrativistas do Pantanal (ARPEP) e ao projeto “Questão agrária e transformações socioterritoriais nas microrregiões do Alto Pantanal e Tangará da Serra/MT na última década censitária”, vinculado à sub-rede de estudos sociais, ambientais e de tecnologias para o sistema produtivo na região sudoeste mato-grossense – REDE ASA, financiada no âmbito do Edital MCT/CNPq/FNDCT/FAPs/MEC/CAPES/PRO-CENTRO-OESTE Nº 031/2010.

Referências bibliográficas

BRASIL. **Lei nº 11.947** de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, e dá outras providências. 2009. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/.../2009/Lei/L11947>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

Embrapa Cerrados. **Manejo e Aproveitamento de frutas nativas do cerrado**. Dia de Campo na TV, 2004. (DVD).

NORONHA, S. **Que agronegócio é esse? Porque a agricultura e a pecuária crescem sem beneficiar a população**. Projeto Brasil Sustentável/Rio de Janeiro: Ed. Grafitto, 2005. 24p.

FREITAS, R. S. **Intercâmbio de saberes ambientais sobre o bioma Cerrado para a segurança alimentar e nutricional de comunidades rurais no sudoeste matogrossense**. In: Soberania e segurança alimentar na construção da Agroecologia. Grupo de Trabalho em Soberania e Segurança Alimentar da Articulação Nacional de Agroecologia (Org.). Rio de Janeiro, 2010. 67p.

GRISA, C.; SCHMITT, C. J. S.; MATTEI, L. F.; MALUF, R. S.; LEITE, S. P. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. **Revista Agriculturas**, v. 8, n.3, p. 34-41, set., 2011.